



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO

PROJETO DE LEI Nº 733, DE 2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

EMENDA Nº

Modifica-se o texto do inciso XXIX no Art.6º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[..]

XXIX - Regulamento de Exploração do Porto – REP: regulamento que estabelece os princípios gerais e condições de funcionamento e exploração do porto público e do porto privado;”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão do Regulamento de Exploração do Porto (REP) como instrumento aplicável tanto aos portos públicos quanto aos portos privados é uma medida indispensável para garantir maior segurança jurídica e promover a transparência nas operações portuárias. Ao estabelecer princípios gerais e condições claras para o funcionamento e a exploração dos portos, o REP fortalece a confiança dos usuários e demais stakeholders no setor portuário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

Nos portos públicos, o REP é um guia essencial para uniformizar práticas, assegurar a eficiência operacional e atender às demandas da sociedade. Já nos portos privados, a obrigatoriedade de um regulamento similar permite padronizar a prestação de serviços, reduzir ambiguidades contratuais e garantir que as operações sigam critérios de transparência, contribuindo para uma relação de confiança entre os prestadores e demandantes de serviços portuários.

Além disso, essa uniformização normativa promove uma maior integração entre as administrações portuárias, públicas e privadas, fomentando um ambiente competitivo e saudável que beneficie a economia nacional. O REP, assim, funciona como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável do sistema portuário brasileiro, assegurando que suas operações atendam às melhores práticas de governança e respeitem os interesses dos usuários e da sociedade.

Sala das Comissões, de agosto de 2025.

ANA PAULA LIMA

Deputada Federal PT/SC

